

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive; e

X - P corresponde ao produtório.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores "CJ1" e "CJ2" contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

BEATRIZ DA COSTA LOURENÇO FLORIDO
Chefe
Em exercício

Ministério Público da União

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.085/2018
Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A. Objeto: alterar os REPRESENTANTES LEGAIS, alterar a CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO incluindo SERVIÇOS na alínea 6 e incluir códigos de SERVIÇOS ao Anexo I. Data de Assinatura: 13/01/2023. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL - Diretora Executiva e pelos Credenciados DANIELA SANTANA GUERREIRO SANTOS e RICARDO MACHADO DA COSTA - Representantes legais. Processo nº 1.14.000.002498/2017-51.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.086/2018
Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A. Objeto: alterar os REPRESENTANTES LEGAIS, alterar a CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO incluindo SERVIÇOS na alínea 6 e incluir códigos de SERVIÇOS ao Anexo I. Data de Assinatura: 13/01/2023. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL - Diretora Executiva e pelos Credenciados DANIELA SANTANA GUERREIRO SANTOS e RICARDO MACHADO DA COSTA - Representantes legais. Processo nº 1.14.000.002498/2017-51.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Secretaria-Geral
Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/SG/MPDFT/2020. Processo nº 19.04.4980.0007053/2022-26. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: AMBIENTALIS ANÁLISES DE AMBIENTES LTDA; CNPJ: 06.164.913/0001-20. Objeto: Reajustar em 8,347% os preços praticados no contrato, a contar de 22/01/2022, prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 18/2/2023 até 17/2/2024 e adequar o contrato aos termos da Lei nº 13.709 de 14/8/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Valor Anual Estimado: R\$ 26.925,38. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: CLAUDIA BRAGA TOMELIN, Secretária-Geral Adjunto; CONTRATADA: WLADIMIR HORN HULSE, Sócio-Diretor. Data de assinatura MPDFT: 17/1/2023. Data de assinatura CONTRATADA: 17/1/2023.
ASS CLAUDIA BRAGA TOMELIN
CAR Secretária-Geral Adjunta

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 4/2022

O Pregoeiro da Procuradoria da República em Alagoas torna público que, em relação ao pregão supracitado, foi adjudicado o item 1 à empresa PS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ: 18.804.276/0001-98. Homologado pelo Secretário Estadual em 16/01/2023.

LEOPOLDO BARRETO CAVALCANTI
Pregoeiro/PR/AL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 2/2023

O Procurador da República FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento do presente edital, com prazo de 10 (dez) dias, que se promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 1.21.000.000945/2019-64, uma vez que, após a realização de diversas diligências, comprovou-se que o procedimento tramitava de forma irregular, de forma a haver necessidade de instaurar um novo procedimento próprio para o fim de acompanhamento.

Diante da impossibilidade de comunicação pessoal do representante, ficam os eventuais interessados intimados por meio deste edital da presente promoção de arquivamento, facultando-lhes a apresentação de razões/documentos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de afixação do presente instrumento, aplicando-se analogicamente o artigo 9º da Lei nº 7.347/1985, c.c., o artigo 17, § 3º, da Resolução nº 87 do CSMMP.

Para conhecimento de todos, é passado o presente edital, cuja via original será publicada na Imprensa Oficial.

Campo Grande/MS, 17 de janeiro de 2023.
LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO MPF/PB Nº 1/2023

ESPÉCIE: Contrato MPF/PB nº 01/2023. PROCESSO nº 1.24.000.001994/2022-16. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba. CONTRATADA: PARAÍBA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA CNPJ 19.069.415/0001-40. MODALIDADE: Pregão eletrônico nº 19/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuado de apoio administrativo (auxiliar administrativo, copeira e garçom) e limpeza e conservação, para as unidades do Ministério Público Federal na Paraíba, localizadas nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, e Guarabira, com profissional empregado vinculado à execução do contrato, com dedicação exclusiva de mão de obra, FUNDAMENTO LEGAL: a) Lei 8.666/93, atualizada; b) Decreto nº 3.555/2000; c) Lei nº 10.520/2002; d) Lei Complementar nº 123/2006, atualizada; e) Decreto nº 8.538/2015; f) IN MPDQ nº 05/2017; g) IN MPF nº 01/2018; h) Decreto nº 9.507/2018; i) Portaria MPDQ nº 443/2018; j) Decreto nº 10.024/2019; l) Decreto nº 7.983/2013, pela legislação vigente e pertinente à matéria. DATA DA ASSINATURA: 17/01/2023. VIGÊNCIA: 01/02/2023 a 31/01/2024. ASSINAM: Matias Leal da Fonseca Neto - Secretário Estadual Substituto da PR/PB, pela CONTRATANTE, Edgar Martins Raposo Filho - Sócio-Administrador, pela CONTRATADA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 36/2022

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 16/2012, de locação de imóvel situado no município de São João de Meriti/RJ. LOCALIZAÇÃO: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, CNPJ: 26.989.715/0024-07. LOCADORA: DAIRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ: 03.047.366/0001-04. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, previsão de futura desocupação parcial do imóvel e, consequentemente, ajuste do valor de locação, conforme acordo entre as partes. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 1.30.001.001518/2022-80. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II, Art. 62, parágrafo 3º, inciso I, e Art. 57, §3º, da Lei nº 8.666/1993 c/c Art. 18 da Lei nº 8.245/1991. DATA DE ASSINATURA: 22/12/2022. ASSINATURAS: Newton Levy Alvim Junior - Secretário Estadual, pela Locatária, e Anselmo de Barros Paiva, Vitor Fernando de Barros Paiva e Fábio Augusto de Barros Paiva - Sócios, pela Locadora. APROVAÇÃO: Sérgio Luiz Pinel Dias - Procurador-Chefe.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a FACULDADE FULGOR EDUCAÇÃO SUPERIOR LTDA, MANTENEDORA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE JOÃO BAGOZZI. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 17/01/2023 a 16/01/2026. Data e assinatura: 17/01/2023. Doutor SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS, Procurador-Chefe da PRR e Senhor ANDRÉ BARBOSA CORRÊA, Diretor Acadêmico da UNIBAGOZZI. Processo Administrativo: 1.30.001.000284/2023-34.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

EXTRATO DE RESCISÃO

RESCISÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Rescisão do Acordo de Cooperação Técnica MPF/TCRR nº 1/2022. Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 1.32.000.000904/2022-90. PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), por intermédio da Procuradoria da República em Roraima (PR-RR), neste ato representado pelo Procurador-chefe, Miguel de Almeida Lima, e o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA (TCRR), neste ato representado por seu Conselheiro-Presidente, Célio Rodrigues Wanderley. MODALIDADE: Termo de Rescisão. OBJETO: rescindir, com efeitos a partir da data de assinatura deste termo, e em comum acordo entre as partes, o Acordo de Cooperação Técnica MPF/TCRR nº 1/2022, datado de 16.11.2022 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 18.11.2022, edição nº 217, seção 3, que tem por objeto cessão de servidores ocupantes da área administrativa e de contabilidade para a Procuradoria Regional Eleitoral de Roraima (PRE-RR), para auxílio da análise das contas, dos elementos técnicos e do exame de movimentações bancárias atinentes à prestação de contas de campanha eleitoral das eleições gerais de 2022, apresentadas por partidos políticos e candidatos à Justiça Eleitoral, com vistas a instruir processos judiciais e procedimentos extrajudiciais. FUNDAMENTO LEGAL: conforme fundamentos expostos no DESPACHO GABPRE/PRRR (PR-RR-00031070/2022). DATA DA ASSINATURA: 17.01.2023. SIGNATÁRIOS: Miguel de Almeida Lima - Procurador-Chefe da PR-RR, pelo MPF; e Célio Rodrigues Wanderley - Conselheiro-Presidente do TCRR.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

AVISO DE PENALIDADE

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Tocantins, no uso das atribuições legais e com amparo no art. 58, IV e art. 87, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público, aplicação da penalidade de MULTA e SUSPENSÃO o direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 15 da IN 02/2020 do MPF e art. 87, III, da Lei nº 8.666, de 1993, pelo prazo de 3 meses à empresa BRASIL SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.230.958/0001-22. A penalidade decorre pela inexecução parcial do contrato nº 03/2020, PGEA CONTRATO: 1.36.000.000420/2020-30 e PGEA de APURAÇÃO: 1.36.000.000689/2022-88.

GEORGE NEVES LODDER

AVISO DE PENALIDADE

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Tocantins, no uso das atribuições legais e com amparo no art. 58, IV e art. 87, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público, aplicação da penalidade de MULTA e SUSPENSÃO o direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 15 da IN 02/2020 do MPF e art. 87, III, da Lei nº 8.666, de 1993, pelo prazo de 3 meses à empresa BRASIL SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.230.958/0001-22. A penalidade decorre pela inexecução parcial do contrato nº 04/2020, PGEA CONTRATO: 1.36.000.000421/2020-84 e PGEA de APURAÇÃO: 1.36.000.000703/2022-43.

GEORGE NEVES LODDER

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 47/2022

O Coordenador de Licitações do Ministério Público Militar/MPM torna público o resultado de julgamento da licitação supracitada, referente ao processo nº 19.03.0000.0005827/2022-89. Empresa vencedora: JC Serviços de Construção e Manutenção Eireli, com valor global total de R\$ 69.480,00.

EDUARDO RODRIGUES SANTARÉM
Coordenador de Licitações Substituto

(SIDE - 18/01/2023) 200008-00001-2023NE000036

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 48/2022

O Coordenador de Licitações do Ministério Público Militar/MPM torna público o resultado de julgamento da licitação supracitada, referente ao processo nº 19.03.0000.0003967/2022-67. Empresa vencedora: PROPOWER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, com valor global de R\$ 247.994,40.

EDUARDO RODRIGUES SANTARÉM
Coordenador de Licitações Substituto

(SIDE - 18/01/2023) 200008-00001-2023NE000036

